

O conflito entre a Etiópia e a Eritreia

Caroline Feire de Aquino¹

INTRODUÇÃO

O conflito entre a Eritreia e a Etiópia passou por diversas fases ao longo dos anos. O entendimento acerca da relação entre esses Estados, as motivações dos conflitos e as políticas decorrente dos desentendimentos são apresentadas com o objetivo de entender a raiz das perturbações capazes de desarticular toda a região do Chifre da África por mais de 30 anos. A constituição da Eritreia como um país soberano trouxe problemas e o desfecho foi um conflito militar que impactou a população e a economia de ambos os países, e suas relações diplomáticas com os vizinhos e o mundo. A implementação de um tratado de paz falho que inflamou as questões reivindicadas prolongou o combate pelos primeiros 18 anos do século XXI. A implementação das ações acordadas foram impossibilitadas pelo relacionamento tempestuoso entre suas lideranças políticas, envolvendo toda a região em uma espécie de Guerra Fria sem paz ou resolução eficaz.

SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

O final do século XIX foi o momento no qual foi iniciado o domínio italiano sobre o território da *Colônia Eritreia*, oficialmente fundada em 1890. Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas dos colonizadores italianos foram derrotadas durante a Campanha na África Oriental pelo

exército britânico, que avançou através do território vizinho, Sudão. Com isso, no ano de 1941, a Eritreia passou a ser uma região envolvida sob os poderes políticos e militares da Administração Militar Britânica². Contendo 15 artigos, as Nações Unidas aprovaram a resolução 390(V) A, de 02 de Dezembro de 1950, oficializando que “a Eritreia constituirá uma unidade autônoma federada com a Etiópia sob a soberania da Coroa Etíope”³. Desse modo, de acordo com os limites e regras impostas por esse documento, seria garantida a Eritreia a administração legislativa, executiva e judicial no campo doméstico, de forma que seu poder seria amplificado em todas as matérias não atribuídas ao Governo Federal⁴. Além disso, a unidade autônoma teria sua representação no governo da Etiópia e seria aceita uma única nacionalidade dominante, sendo ela a etíope. É importante salientar que uma vez que o *Federal Act*⁵ foi divulgado, os indivíduos políticos eritreus aceitaram de maneira expressiva o documento e seu conteúdo⁶.

Na década seguinte à instituição do *Federal Act*, iniciou-se uma luta civil armada entre diferentes movimentos sociais. A Frente de Libertação da Eritreia⁷ (ELF, em inglês) se tornou o principal grupo representante das mobilizações que tinham como objetivo a emancipação da Eritreia do regime opressivo característico da administração feudal do imperador Haile Selassie⁸.



Título: Primeiro-Ministro Abiy Ahmed em evento de inauguração em Adis Abeba

Autor: Aron Simeneh

Url: <https://www.flickr.com/photos/145325932@N03/31058066597/in/dateposted-public/>

No começo da década de 1960, a ELF utilizou de táticas de guerrilhas para desenvolver sua luta contra o Exército Imperial Etíope e aqueles que não apoiavam suas ideias e objetivos. No ano de 1962, o imperador dissolveu unilateralmente o parlamento eritreu e anexou o território, momento em que a ELF realizou mais de dez ataques na Etiópia Ocidental e executou diversos civis eritreus que considerou traidores.⁹

Até o final de 1974, o governo da Etiópia demonstrou conseguir dominar o conflito da Eritreia como uma questão local controlada pelas forças armadas do país e pela polícia eritreia. Porém, a Guerra do



Título: Presidente eritreu, Isaias Afewerki, na cidade de Massawa (Eritreia) em 2013

Autor: M. Husseiny

Url:[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eritrean_President_Isaias_Afewerki_in_the_Eritrean_city_of_Massawa_\(cropped\).JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eritrean_President_Isaias_Afewerki_in_the_Eritrean_city_of_Massawa_(cropped).JPG)

mais ampla. A Comissão foi composta por diversos membros da EPLF e a constituição foi aprovada em 1996 pela Assembleia Nacional. Dessa forma, Afewerki tornou-se presidente e a EPLF foi convertida no partido político Frente pela Democracia e Justiça (PFDJ).²⁰

Na Etiópia, o EPRDF foi constituído através de coalizões de diferentes forças étnicas e regionais que possuíam um inimigo em comum, o regime em Adis Abeba. O TPLF, principal parceiro desse grupo revolucionário, adotou a forma de confederação étnica baseada na teoria das nacionalidades de Stalin²¹. Conseqüentemente, a formação do Estado deu-se através da livre associação dele com autogovernados, em unidades etnicamente definidas com um sistema confederativo. Dessa forma, o EPRDF estabeleceu a etnicidade como a única base aceita pelo governo para a organização de identidade políticas. Em 1995, as eleições realizadas para o Conselho de Representantes do Povo, determinado pela nova Constituição, foram boicotadas pelos partidos opositores. Logo, a implementação desse projeto mostrou suas falhas práticas, e a autodeterminação passou a ser limitada pelo poder estatal, uma vez que os partidos étnicos que contestavam os métodos e ideias da TPLF eram barrados pelas forças estatais.²²

A EPRDF [...] proporcionou a base para um programa que buscava uma descentralização radical do poder na Etiópia para nacionalidades autônomas. Este programa proporcionou igualmente uma base para a formação de alianças com outros grupos na Etiópia. [...] O programa TPLF [...] propôs um sistema em que as regiões autônomas voltariam a ter a identidade e legitimidade conferida pela sua base étnica comum [...] Ao estabelecer o montagem provisória, o EPRDF favoreceu claramente os movimentos que foram afiliados à sua própria organização.²³

AMIZADE PRIMÁRIA E O CONFLITO DE 1998

A chegada conjunta ao poder da TPLF na Etiópia e da EPLF na Eritreia fez com que, em um primeiro momento, ambos os governos fossem parceiros próximos. Houve um fluxo considerável de pessoas e bens através das fronteiras, além do desenvolvimento de programas conjuntos e uma comissão governamental de alto nível para promover a cooperação política e integração econômica. Porém, no dia 06 de maio de 1998, romperam atos de violência explícita na região do Triângulo de Badme/Yirga. Foi ordenado pela polícia etíope que uma unidade de patrulha da Eritreia se desarmasse, mas os eritreus se recusaram, afirmando que os etíopes estavam ocupando seu território, o que resultou em uma intensa troca de tiros e quatro eritreus mortos. Esse momento evidenciou que a aliança do pós guerra entre os dois Estados não havia conseguido resolver o problema da demarcação do domínio físico nem da segurança de seus povos.²⁴

Após o final do conflito pela independência, Isaias Afewerki e a EPLF não consideraram a demarcação das fronteiras uma questão prioritária. Dessa maneira, o Governo Provisório entendeu que os limites determinados pelos colonizadores italianos através do tratado de colonização de 1902 entre a Itália e a Etiópia, seriam as fronteiras internacionais da Eritreia independente, uma vez que sua relação com o governo da Etiópia se mostrava pacífica e amigável. Mas, é importante salientar que essa fronteira internacional foi substituída por fronteiras administrativas durante seu tempo de anexação à Coroa da Etiópia²⁵. Após 1993, três áreas foram reivindicadas

tanto pela Eritreia como pela Etiópia: Badme, a oeste da região fronteira; Tsorona-Zalambessa, no território da fronteira central; e Bure, na região da fronteira oriental. Os governos nacionais decidiram por criar comitês locais responsáveis pela resolução de disputas que envolvessem as demarcações de terras, mas essas comissões não conseguiram controlar a hostilidade nesses pontos e o conflito se intensificou.²⁶

Outro aspecto que se mostrou defectivo foi a questão da nacionalidade. Segundo a Ata Aprovada da Quarta Reunião Conjunta do Alto Comissariado Etíope da Eritreia do ano de 1996, ambas as partes concordaram que os eritreus que possuíam a cidadania etíope deveriam escolher entre as duas nacionalidades. Porém, existiram falhas na divulgação desse direito aos cidadãos, além de ter havido interferência política e econômica nos acordos relacionados a nacionalidade. A Eritreia mostrou incapacidade em estabelecer legalmente as medidas e parâmetros que determinavam formalmente a cidadania transnacional, além de ter falhado, como um problema decorrente, em proteger seus emigrantes de acordo com o direito internacional.²⁷

Após a troca de tiros em Badme, o parlamento etíope pronunciou que a Eritreia havia começado uma guerra de agressão e avisou que se suas tropas não fossem retiradas dos 'territórios ocupados', a guerra seria inevitável. A partir disso, desenvolveu-se uma onda de proibições de voos e utilização dos portos eritreus, detenções e deportações para o Estado da Eritreia, além de uma caracterização negativa da imagem da etiópia produzida pelos seus rivais²⁸. "A disputa de fronteira também desenvolveu tons étnicos [...] e se desdobrou em um confronto entre um estado diásporo e hegemônico, este último reivindicando privilégios territoriais sobre áreas de fronteira que havia administrado antes do início das hostilidades"²⁹.

Até o final do ano de 1998 havia um fluxo intenso de deportados, pessoas deslocadas, grande número de mortos, feridos e capturados. A diplomacia entre os dois países estava cada vez mais intransigente e bruta. A luta foi desenvolvida nas três frentes de disputa, Badme, Tsorona-Zalambessa e Bure. Os combates eram travados em ciclos, durante curtos



Título: Soldados da Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE), monitorando a fronteira entre os países

Autor: Dawit Rezene

Url: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:UN_Soldiers_in_Eritrea.jpeg

períodos alternados a períodos longos de uma aparente trégua.³⁰

O primeiro período de batalha intensa ocorreu de maio a junho de 1998 - seguido de sete meses de relativa calma durante os quais ambos os beligerantes correram para treinar recrutas e tropas apressadamente. Durante este período, ambos os países também se envolveram numa enxurrada de novas compras de armas. Os ávidos vendedores internacionais de armas forneceram armas e instrução militar, em muitos casos simultaneamente a ambos os países³¹.

Em fevereiro do ano de 1999 a Etiópia reocupou a área de Badme ao romper as linhas defensivas das tropas eritreias. Em resposta, a Eritreia armou uma ofensiva contra Tzorona-Zalambessa. As tentativas de desenvolvimento de um plano de paz apresentado pela Organização da Unidade Africana (OUA) foram falhas e apesar da “Operação Pôr-do-sol”³² ter demonstrado um retorno ao *status quo* e uma hegemonia militar etíope, ocorreram diversas batalhas terrestres, lutas aéreas e perdas humanas.³³

Apesar da aparente trégua, os combates ressurgiram com maior veemência por volta de maio de 2000, iniciado por um ataque etíope que atingiu o interior do território da Eritreia. Como resposta, o governo eritreu retirou suas tropas da

região das fronteiras e as reorganizou dentro do território. Com essa situação, novas negociações mediadas pela OUA foram organizadas em Argel, sendo assinado um tratado de “cessação de hostilidades” em junho de 2000, e o acordo de paz em 12 de dezembro daquele ano. O Acordo de Argel entre a Etiópia e a Eritreia determinava a constituição de três entidades: um corpo (sem nome) que deveria ser coordenado pela OUA, consultando a ONU e as partes envolvidas, que objetivava investigar as origens do conflito; a Comissão de Fronteira Eritreia-Etiópia (EEBC, em inglês), formada por dois indivíduos indicado de cada uma das partes e um neutro, responsável por solucionar a disputa de fronteira considerando as reivindicações dos envolvidos e os tratados acordados; e a Comissão de Reivindicação, responsável por coordenar as perdas, danos e prejuízos de ambos os países. Para somar a esse processo de paz, foi criada a Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE, em inglês) pela Resolução 1320(2000) do Conselho de Segurança da ONU. Uma das primeiras ações da UNMEE foi o estabelecimento de uma zona de segurança (TSZ³⁴) de cerca de 25 quilômetros de largura para a separação dos exércitos, enquanto a última ação consistiria em demarcar a fronteira de acordo com as determinações da EEBC.³⁵

As dúvidas acerca da neutralidade no acordo foram esclarecidas com a determinação da UNMEE sobre a constituição da TSZ. A prescrição se definiu pela retirada das tropas etíopes dos territórios eritreus tomados após fevereiro de 1999 (última rodada de combates concretos) para a área que declarava, de maneira unilateral, estarem sob sua administração antes de 06 de maio de 1998. Dessa forma, a intenção da Etiópia de consolidar de fato a área sob sua jurisdição antes do conflito foi satisfeita através da ação da UNMEE, e a zona de segurança foi constituída em território eritreu reconhecido inclusive pelo governo etíope. “O que as duas partes esperam alcançar durante o processo subsequente de delimitação e demarcação de fronteiras poderia ser discernido a partir desta disposição”³⁶. Com isso, a visão etíope se desenvolveu com base na ideia de que a constituição territorial determinada era a que lhe pertencia antes de 06 de maio de 1998 e tinha sido recuperada com sacrifícios humanos e materiais. A Eritreia entendia que existia uma aceitação comum dos fatos, mesmo eles confrontando as regras internacionais, e que havia uma tendência das potências mundiais a pressionar o lado mais debilitado, uma vez que o país foi pressionado a aceitar as mudanças exigidas pela Etiópia mesmo que os arranjos técnicos não permitissem alterações inicialmente.³⁷

OPÓS-CONFLITO E AS INTERPRETAÇÕES DO ACORDO DE 2000

“Uma das questões centrais na disputa de fronteira dizia respeito à natureza e localização real da linha que vai desde a confluência dos rios Setit e Maieteb até a junção dos rios Mareb e Mai Ambessa”³⁸. Em abril de 2002, a EEBC optou por determinar uma linha fronteira que se iniciasse no cruzamento Tomsa/Setit e fosse até o cruzamento Mareb/Mai Ambessa. Essa divisão resultou em um espaço maior da fronteira ocidental pertencente à Eritreia, e a decisão mostrou-se extremamente controversa³⁹. Ambos os Estados aceitaram a Decisão sobre Delimitação como final e vinculativa, mas a Etiópia impediu os trabalhos no terreno e, no mês seguinte à emissão do documento, apresentou um Pedido de Interpretação, Correção e Consulta. A decisão apresentava a linha de

fronteiras entre os países, mas não tratava sobre nenhuma cidade individualmente. Com isso, a cidade de Badme, área em que o conflito se iniciou em 1998, ficou localizada no lado eritreu da fronteira e, por isso, o Estado etíope tentou reabrir o processo da Decisão. Após as determinações, a Etiópia catalogou todos os locais que foram determinados ao seu Estado, incluindo Badme, além de emitir declarações que expressaram total aceitação, afirmando que a Eritreia, além de sofrer uma humilhante derrota no campo de combate, também sofreu na luta legal com a decisão da EEBC.⁴⁰ Após a divulgação desse posicionamento, a Eritreia respondeu à Etiópia, uma vez que ambos os países haviam concordado com a decisão final sobre os territórios nacionais. “A vitória da Etiópia tanto no campo militar como perante o Tribunal Internacional de Justiça deixou o regime de Asmara em absoluto choque, embaraço e confusão”.⁴¹

No mês de março de 2003, a EEBC apresentou observações sobre os escritos que continham a decisão final sobre as fronteiras. Através dessas notas afirmou de forma expressa que a cidade de Badme estava em território eritreu, recusou as alegações e apontamentos etíopes e defendeu que não haviam alterações sobre o tratado que delimitava os limites da colônia italiana, em 1902, usado como base para a decisão final da Comissão. Como resposta, a Etiópia mostrou uma posição mais hostil, afirmando ao Secretário-Geral da ONU ser “totalmente ilegal, injusta e irresponsável”⁴² a decisão da EEBC sobre Badme e também sobre

partes do Setor Central. Dessa forma, o processo de demarcação foi interrompido pela Etiópia, que não concordava com ele, enquanto a Eritreia não concordava com as mudanças apontadas pelo Estado rival, a não ser que existisse uma garantia de que ele não fosse obstruir a demarcação no resto da fronteira. Em 2004, o Primeiro Ministro etíope, Meles Zenawi, ofereceu um plano de diminuição de tensão⁴³ que, apesar de ter sido bem recebido pela comunidade internacional, não foi aceito pelo governo eritreu pelo fato da Etiópia não ter aceitado a resolução da Comissão. Com esse impasse, a EEBC suspendeu seus trabalhos em março de 2005.

A Eritreia passou a adotar uma postura resistente às ações da UNMEE e, em resposta, o Conselho de Segurança passou a ser mais exigente e duro com o Estado. “Na Resolução 1640 (2005), o Conselho de Segurança lamentou profundamente a imposição contínua de restrições à liberdade de circulação da UNMEE pela Eritreia”⁴⁴. Além disso, a ONU reivindicou o abandono de qualquer aumento de tropas na região da TSZ, retornando aos níveis de convivência de dezembro de 2004, uma vez que a Etiópia aumentava suas tropas na fronteira desde esta data, a organização também exigiu que seu governo aceitasse a decisão final da EEBC. O comportamento dos Estados permitiu que a UNMEE perdesse o foco da questão principal, de aceitação da decisão vinculativa da EEBC. Diante da contínua não cooperação das partes, houve uma tentativa de “tentativa, no ano de 2006, da Missão concretizar as demarcações das fronteiras através da identificação

de pontos nas divisas, utilizando-se de técnicas modernas de processamento de imagem e modelagem do terreno para construir pilares permanentes na divisa. Porém, havia a necessidade de que os Estados chegassem a um acordo em até 12 meses. Como esse prazo não foi respeitado, a EEBC foi dissolvida em novembro de 2007, deixando os mapas das duas partes com demarcação virtual, mas sem pilares de delimitação no terreno, conforme exigido nos Acordos de Argel. Até que a demarcação física ocorresse, a Decisão da EEBC, de 13 de abril de 2002, continuaria sendo a única com valor legal para o limite entre os países.⁴⁵

ALÉM DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO DE ARGEL

O conflito por conta desse impasse não se limitou à questão da fronteira, sendo base para o desdobramento de outras questões. A tensão entre os Estados foi expandida do conflito fronteiriço estático para o apoio aos movimentos de oposição e aos conflitos por procuração na Somália. Grupos insurgentes armados etíopes, como a Frente de Libertação Oromo (OLF), a Frente de Libertação Nacional Ogaden (ONLF) e a Frente Patriótica Popular Etíope (EPPF) receberam apoio de Asmara. Da mesma forma, a Etiópia apoiava os movimentos eritreus de oposição. Além dos grupos civis, os partidos rivais aos respectivos governos receberam auxílio do Estado opositor. Por exemplo, a Eritreia era a maior apoiadora dos grupos de oposição etíopes com sede na Somália, como a ONLF e a OLF. No ano de 2009, o Conselho de Segurança adotou um embargo⁴⁶ de armas e sanções dirigidas à liderança eritreia, devido ao envolvimento no conflito da Somália. Essa interdição foi justificada pelo “suposto apoio de armas da Eritreia ao grupo militante islâmico al-Shabaab na Somália e a recusa do país em libertar prisioneiros de guerra e retirar-se do território que conquistou durante uma guerra de dois dias com Djibuti”⁴⁷ em 2008”⁴⁸. Com isso, as sanções foram reforçadas com o passar dos anos, principalmente após a Eritreia se negar a cooperar com a resolução de sua disputa de fronteira com Djibuti em 2011.

Quando se considerou a questão da disposição pública de ambos os Estados



Título: Dia da Independência da Eritreia

Autor: Martin Schibbye

Url: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independence_Day_Eritrea.jpg

para a restituição dos combates, a Etiópia demonstrou alterações no sentido de possuir plena confiança em suas capacidades militares. Diferente desta, o governo eritreu não manifestava a mesma determinação. Em 2012, a Etiópia efetuou ataques em diversas aldeias com a justificativa de que a Eritreia “estava treinando ‘grupos subversivos’ para realizar ataques dentro da Etiópia, segundo um porta-voz do governo”⁴⁹. Esses foram os primeiros ataques das tropas etíopes desde o fim da guerra, várias pessoas foram mortas e capturadas. Nenhuma ação responsiva foi anunciada publicamente, embora naquele mesmo ano o governo etíope tenha ocupado diversas aldeias na região de Tsonora. Em março de 2015, a Etiópia voltou a bombardear minas e depósitos de armas em Mai Edaga, demonstrando sua capacidade de inflar a luta contra a Eritreia, e mais uma vez a resposta desta foi silenciosa. No ano seguinte, notícias de novos confrontos na fronteira indicaram “que ambos os lados estavam apressando as tropas para a área de fronteira de Tsonora, e a artilharia pesada foi aparentemente disparada de ambos os lados”⁵⁰. A falta de informações concretas era prejudicial para saber a que ponto as desavenças se encontravam. A Eritreia “emitiu um único comunicado de imprensa e algumas citações bastante cautelosas na mídia, enquanto o Ministro das Comunicações da Etiópia, Getachew Reda, deu uma rodada de entrevistas efusivas, alegando uma contraofensiva etíope bem sucedida, e levando o governo eritreu a tomar outras medidas”⁵¹.

Para o entendimento do conflito de 2016, é necessário considerar que a TPLF entendia que seus problemas nacionais possuíam ligações íntimas com seu envolvimento com a Eritreia, uma vez que o aparato de segurança da Etiópia era um fator cada vez mais influente na política de Estado. O Primeiro Ministro etíope adotou medidas mais rudes com a questão eritreia para “dissuadir e prevenir o que Addis Abeba via como uma nova ameaça eritreia revigorada, e constituía uma estratégia de ‘guerra limitada’, ou seja, guerra que foi estreita em seus objetivos e/ou componentes operacionais”.⁵² Em 2017, Hailemariam Desalegn se mostrou mais adaptável ao campo diplomático com sua nova política de desenvolvimento de uma “paz sustentável”. Com essa prática, foi



Título: Soldado etíope

Autor:USGov

Url: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Afrimil-ethiopiainsoldier.jpg>

possível evidenciar um aumento nos esforços diplomáticos que objetivavam isolar ainda mais o Estado eritreu, para complementar a política militar ofensiva etíope. Contudo, os problemas políticos internos que a Etiópia sofria naquele momento impediu que esses planos fossem implementados na área externa durante os anos de 2016 e 2017.⁵³

Os conflitos políticos da Etiópia trouxeram como resultado a ocupação do cargo de Primeiro Ministro por Abiy Ahmed Ali⁵⁴, em 2018, resultando em mudanças drásticas para o âmbito doméstico, por ser um Oromo reformista. Sua ascensão representou a decadência da TPLF (que dirigia o governo desde 1991) dentro da coalizão EPRDF, além de simbolizar a reorganização do poder político dentro das estruturas etíopes desde a tomada do poder pelos revolucionários. “No lado eritreu, a resposta à posse do Primeiro-Ministro foi reafirmar a reivindicação de Asmara de que a Etiópia se retirasse de Badme sem condições prévias”⁵⁵. Além das mudanças ocorridas no cenário etíope, o Chifre da África sofreu mudanças significativas nos conflitos. As sanções impostas pelo Conselho de Segurança à Eritreia foram suspensas pela ONU⁵⁶ após o grupo responsável por monitorar o cumprimento das exigências feitas ao Estado não encontrar evidências recentes apoio ao al-Shabaab. O motivo da cessação foi também a melhora das relações entre a Eritreia e seus vizinhos, especialmente a Etiópia.

As intervenções diplomáticas dos Estados Unidos em abril de 2018,

lideradas pelo alto funcionário do Departamento de Estado da África, Donald Yamamoto, também ajudaram a alimentar um sentimento de otimismo. Como em qualquer mudança de liderança, é razoável acreditar que um novo Primeiro-Ministro em Addis Abeba representa uma oportunidade real para uma redefinição da política externa⁵⁷.

O novo líder etíope foi uma figura importante para a estabilização da situação interna do país. Mas, suas ações foram essenciais no processo de reconstituição das relações entre a Etiópia e a Eritreia. Em junho de 2018, anunciou que implementaria integralmente o Acordo de Argel e as decisões da EEBC acerca da delimitação fronteira, envolvendo inclusive a cidade de Badme. O presidente Afwerki aceitou negociar mesmo tendo afirmado durante anos que a Etiópia deveria retirar suas tropas da cidade de Badme antes de qualquer tipo de mediação. No dia 9 do mês seguinte, ambos os Estados anunciaram uma nova era de aproximação e reestruturação de suas relações com a Declaração Conjunta de Paz e Amizade⁵⁸, responsável por encerrar o estado de guerra, estabelecer a constituição de laços íntimos de amizade, o retorno da comunicação diplomática, a garantia da paz regional e cooperação, além da implementação da decisão acerca da fronteira entre os dois países. Em apoio, os membros do Conselho de Segurança observaram que isto representava um “desenvolvimento



Título: O Imperador etíope Haile Selassie I a bordo do navio USS La Salle, em Massawa, Etiópia, fevereiro de 1973.

Autor: U.S. Navy

Url: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethiopian_Emperor_Haile_Selassie_I_ aboard_USS_La_Salle_\(AGF-3\)_in_1973.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethiopian_Emperor_Haile_Selassie_I_ aboard_USS_La_Salle_(AGF-3)_in_1973.jpg)

histórico e significativo com consequências positivas de longo alcance para o Chifre da África e para além dele.”⁵⁹.

Após o acordo de paz, houve um grande fluxo de pessoas na fronteira de ambos os países, que se encontravam amplamente abertas. Além do fluxo populacional, o comércio transfronteiriço renasceu após cerca de 20 anos, voos comerciais entre as capitais foram retomados, os navios etíopes passaram a atracar nos portos da Eritreia, e as linhas telefônicas foram reparadas. As embaixadas foram reabertas e as relações diplomáticas, garantidas pelo acordo de paz, foram restabelecidas. Em maio de 2020, o presidente eritreu, Isaias Afewerki, visitou Adis Abeba sendo recebido de maneira positiva pelo Primeiro-Ministro, Abiy Ahmed, para debater caminhos e soluções possíveis para combater a pandemia da COVID-19 e acordar acerca dos problemas regionais que interferem na produção de ambos os países. Dessa forma, é possível acreditar que o acordo de 2018, de fato, possibilitou uma comunicação positiva para a solução de problemas econômicos, populacionais e militares. Porém, a Eritreia ainda é um

país ‘fechado’ e muitos desafios devem ser superados.⁶⁰

CONCLUSÃO

A guerra Etiópia-Eritreia pode ser, assim, examinada através do progresso de sua história. O descuido e a negligência com assuntos essenciais para estruturar o Estado e seu governo pós-independência, como foi o caso da delimitação de fronteira e a questão de nacionalidade, serviram de nutrientes para o crescimento de desentendimentos entre os dois Estados. “O EPLF e o TPLF claramente ilustram que a história e suas múltiplas interpretações são importantes na subdinâmica de conflito permanente em contextos pós-partição”⁶¹. A busca pela resolução do conflito através do uso de armas e dos exércitos nacionais resultou em uma comunicação precária e uma animosidade entre os dois governos, sentimentos expandidos para todo o espaço interno de cada país e refletido negativamente no momento em que foi requisitado o cumprimento do Acordo de Argel. Este, embora aceito por

ambos os protagonistas, não possuiu forças para interferir nas ações internas de cada país e solucionar os problemas de fronteira que fertilizava a guerra. Durante os anos seguintes, a questão adquiriu outras características, e embora não tenha existido combate efetivo até os anos de 2012 e 2016, a guerra por procuração nos países vizinhos, e o seu reflexo em outras hostilidades regionais, se fez crescente.

Um misto de apoio e reprovação internacional foi um fator importante para entender como o conflito se prolongou. Em 2018, o Primeiro-Ministro etíope, Abiy Ahmed Ali, contando com uma dinâmica interna positiva e possuindo prestígio regional, foi capaz de renovar o posicionamento da Etiópia frente as questões pendentes do Acordo de Argel e garantir espaço de comunicação entre os dois países, de modo a resolver o conflito com a Eritreia. A atuação apresentada por Ali lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 2019. Além disso, sua postura no cenário interno resultou na “libertação de milhares de presos políticos, o fim do Estado de emergência e a redução do número de partidos políticos[...], maior liberdade de imprensa”⁶². Porém, ainda existem muitas problemáticas a serem consideradas, avaliadas e abraçadas por políticas e ações eficientes capazes de diminuir a opressão, os conflitos internos étnicos e os internacionais com outros países do Chifre da África. Apesar de ter sido assinado um acordo de paz, envolvendo as questões atuais entre os dois países e os pontos pendentes do acordo de 2000, a rapidez com que foi configurado e a brusca mudança de atuação envolvendo os líderes e suas exigências para com o conflito, podem mostrar que existe uma fragilidade nesse acordo e que a paz concreta entre as nações ainda não foi alcançada e resolvida.⁶³

¹ Discente do curso de Relações Internacionais, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus Marília) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais (GEPICI).

² NEGASH, Tekeste. *Eritrea and Ethiopia: the federal experience*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1997, p. 70-80.

³ ONU. A/RES/390(V)[A]. *Eritrea: report of the United Nations Commission for Eritrea*. New York, 02 dez. 1950, p. 20, tradução nossa. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/666498?ln=en#record-files-collapse->

header. Acesso em: 30 mai. 2020.

⁴ ONU. *Final report of the United Nations Commissioner in Eritrea*. Nova York, 1952. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/624014>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁵ Os sete primeiros artigos da Resolução 390(V) A de 02 de dezembro de 1950 que regulam as relações entre Eritreia e Etiópia

⁶ NEGASH, op. cit.

- ⁷ A Frente de Libertação da Eritreia (ELF) foi uma coligação de elites muçulmanas que criou uma organização de oposição armada pela independência da Eritreia. Foi o principal movimento durante as décadas de 1960 e 1970. WISEMAN, John. *Democracy and political change in Sub-Saharan Africa*. London: Routledge, 2003.
- ⁸ Haile Selassie foi regente da Etiópia de 1916 a 1930, e imperador de 1930 a 1974. É considerado um símbolo religioso, o Deus encarnado, entre os adeptos do movimento rastafári. MILKIAS, Paulos. *Haile Selassie, western education and political revolution in Ethiopia*. New York: Cambria Press, 2006.
- ⁹ PATEMAN, Roy. *Eritrea: even the stones are burning*. New Jersey: The Red Sea Press, 1990. Disponível em: <https://archive.org/details/eritreavenstone00pate/page/120/mode/2up>. Acesso em: 29 mai. 2020.
- ¹⁰ Conflito desencadeado pelo ataque da Síria e do Egito a Israel devido a anexação de seus territórios na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Como consequência os países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) boicotaram os países que apoiavam Israel, contribuindo para a chamada 'Crise do Petróleo'. RABINOVICH, Abraham. *The Yom Kippur War: the epic encounter that transformed the middle east*. New York: Schocken Books, 2004.
- ¹¹ PATEMAN, op. cit.
- ¹² TIBA, Firew. The Trial of Mengistu and other Derg Members of Genocide, Torture and Summary Execution in Ethiopia. *Prosecuting International Crimes in Africa*, Pretoria, 2011, p. 164, tradução nossa. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2635348. Acesso em: 29 mai. 2020.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ WOLDEMARIAM, Michael. Partition problems: relative power, historical memory, and the Origins of the Eritrean-Ethiopian War. *Nationalism and Ethnic Politics*. 2015, p. 172, tradução nossa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13537113.2015.1032026>. Acesso em: 29 mai. 2020. Mengistu Mariam governou o Estado da Etiópia de 1974 a 1991, foi obrigado a abandonar o país neste ano devido a vitória da guerrilha civil. Em 12 de dezembro de 2006, foi condenado por genocídio entre dezenas de outros crimes. TIBA, op. cit.
- ¹⁵ WOLDEMARIAM, 2015, op. cit.
- ¹⁶ CONNELL, Dan. *Against all odds: a chronicle of the eritrean revolution*. Asmara: The Red Sea Press, 1993, p. 228, tradução nossa.
- ¹⁷ MAKKI, Fouad. Nationalism, state formation and the public sphere: Eritrea 1991–96. *Review of African Political Economy*, v. 23, n. 70, p. 475-497, 1996.
- ¹⁸ Isaias foi o primeiro presidente formal do Estado da Eritreia, responsável por liderar o movimento revolucionário civil EPLF, que levou à vitória contra a Etiópia em maio de 1991. Idem.
- ¹⁹ ERITREIA. Constituição (1997). *Constituição da Eritreia de 1997*. Constituinte project, 2020. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Eritrea_1997.pdf?lang=en. Acesso em: 30 mai. 2020.
- ²⁰ MAKKI. Op. cit.
- ²¹ “A ideia soviética de nacionalidade baseava-se no nascimento e na hereditariedade, a nacionalidade dos pais, mas a nacionalidade, com sua finalidade quase racial, estava enraizada nas unidades subestatais”. SUNY, Ronald Grigor. Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações. *Lua Nova*, São Paulo, n. 75, 2008, p. 89. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.
- ²² CLAPHAM, Christopher. Eritrean independence and the collapse of Ethiopian centralism: Causes, consequences, and implications. *Geopolitics and International Boundaries*, v.1, n. 2, p. 115-129, tradução nossa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13629379608407562>. Acesso em: 06 jun. 2020
- ²³ Idem, p. 129, tradução nossa.
- ²⁴ HUMAN RIGHTS WATCH. The horn of Africa war: mass expulsions and the nationality issue (June 1998 - April 2002). *Eritrea & Ethiopia*, New York, v. 15, n. 3 (A), p. 11-17, 2003. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/2003/ethioerit0103/ethioerit0103.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.
- ²⁵ Idem.
- ²⁶ ROCK, June. The land issue in Eritrea's reconstruction & development. *Review of African Political Economy*, v. 27, n. 84, p. 221-234, 2000.
- ²⁷ HUMAN RIGHTS WATCH, op. cit.
- ²⁸ IYOB, Ruth. The Ethiopian–Eritrean conflict: diasporic vs. hegemonic states in the Horn of Africa, 1991–2000. *The Journal of Modern African Studies*, v. 38, n. 4, p. 659-682, 2000.
- ²⁹ Idem, p. 666, tradução nossa.
- ³⁰ KIBREAB, Gaim. The national service/Warsai-Yikealo Development Campaign and forced migration in post-independence Eritrea. *Journal of Eastern African Studies*, v. 7, n. 4, p. 630-649, 2013.
- ³¹ HUMAN RIGHTS WATCH, op. cit., tradução nossa.
- ³² Nome dado à ofensiva do governo da Etiópia à região de Badme
- ³³ ABBINK, Jon. Badme and the Ethio-Eritrean border: the challenge of demarcation in the post-war period. *Africa: Rivista Trimestrale Di Studi e Documentazione Dell'Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente*, v. 58, n.2, p. 219-231, 2003. Disponível em: www.jstor.org/stable/40761693. Acesso em: 29 maio 2020.
- ³⁴ *Temporary Security Zone*, em inglês.
- ³⁵ LYONS, Terrence. The Ethiopia–Eritrea Conflict and the Search for Peace in the Horn of Africa. *Review of African Political Economy*, v. 36, n. 120, p. 167-180, 2009.
- ³⁶ LATA, Leenco. The Ethiopian-Eritrea war. *Review of African Political Economy*, v. 30, n. 97, p. 382, 2003, tradução nossa.
- ³⁷ Idem
- ³⁸ Idem, p. 383, tradução nossa.
- ³⁹ GRAY, Christine. The Eritrea/Ethiopia Claims Commission Oversteps its boundaries: A Partial Award?. *European Journal of international Law*, v. 17, n. 4, p. 707, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ejil/chl023>. Acesso em: 30 maio 2020.
- ⁴⁰ SHAW, Malcolm. Title, Control, and Closure? The Experience of the Eritrea–Ethiopia Boundary Commission. *International and Comparative Law Quarterly*, v. 56, 2007.
- ⁴¹ IRIN. *Asmara rejects 'shock and confusion' accusation*. 25 abr. 2002, tradução nossa. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/report/31535/eritrea-ethiopia-asmara-rejects-shock-and-confusion-accusations>. Acesso em: 30 mai. 2020. A IRIN é a Rede Integrada de Informações Regionais do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), com sede em Nairóbi.
- ⁴² ONU. *S/2003/1186. Progress Report of the Secretary-General on Ethiopia and Eritrea*, 19 dez. 2003, tradução nossa. Disponível em: <https://undocs.org/S/2003/1186>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- ⁴³ ONU. *S/2004/973/Add. 1. Progress report of the Secretary-General on Ethiopia and Eritrea*, 27 dez. 2004. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF%7D/EE%20S2004973ADD1.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- ⁴⁴ GRAY, op. cit., p. 709, tradução nossa.
- ⁴⁵ BEREKETEAB, Redie. The Eritrea-Ethiopia conflict and the Algiers Agreement: Eritrea's March Down the Road to Isolation. *Research Gate*, p 98-128, 24 set. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Redie_Bereketeab/publication/280010587_The_Eritrea-Ethiopia_Conflict_and_the_Algers_Agreement_Eritreas_March_Down_the_Road_to_Isolation/links/5a9e5e08a6fdccff6d1a6fb5/The-Eritrea-Ethiopia-Conflict-and-the-Algers-Agreement-Eritrea-s-March-Down-the-Road-to-Isolation.pdf. Acesso em: 29 mai. 2020.
- ⁴⁶ ONU. *S/RES/1907*. New York, 23 dez. 2009. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1907%282009%29. Acesso em 31 mai. 2020.
- ⁴⁷ O conflito foi causado pela disputa por Dumeira, uma ilha localizada no extremo sul do Mar Vermelho. Eritreia e Djibuti entraram em conflito na fronteira em 2008 e em 2010 foram enviadas forças de paz, embora as relações bilaterais tenham permanecido tensas. BBC. *What is behind tension between Eritrea and Djibouti?*. 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-40340210>. Acesso em: 06 jun. 2020.

⁴⁸ HORNE, Felix. UN Security Council lifts arms embargo on Eritrea. *Human Rights Watch*, 14, nov. 2018, tradução nossa. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2018/11/15/un-security-council-lifts-arms-embargo-eritrea>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁴⁹ BBC. *Ethiopia 'launches military attack inside Eritrea*. 15 mai. 2012, tradução nossa. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-17386161>. Acesso em: 30 mai. 2020.

⁵⁰ GETTLEMAN, Jeffrey. Border Clashes Between Ethiopia and Eritrea Heighten Fears of War. *The New York Times*, 13, jun. 2016, tradução nossa. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/06/14/world/africa/border-clashes-between-ethiopia-and-eritrea-heighten-fears-of-war.html>. Acesso em: 30 mai. 2020.

⁵¹ WOLDEMARIAM, Michael. "No war, no peace" in a region in flux: crisis, escalation, and possibility in the Eritrea-Ethiopia rivalry. *Journal of Eastern African Studies*, p. 8, 2018, tradução nossa. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17531055.2018.1483865>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁵² Idem, p. 14, tradução nossa.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Ganhou o Prêmio Nobel da Paz do ano de 2019 "por seus esforços para alcançar a paz e a cooperação internacional em particular a iniciativa determinada de resolver o conflito fronteiriço com a Eritreia". ONU. Primeiro-ministro da Etiópia Abiy Ahmed Ali vence 100º Prêmio Nobel da Paz. *ONU News*, 11 out. 2019. Tradução nossa. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690491>. Acesso em: 31 mai. 2020.

⁵⁵ WOLDEMARIAM, 2018, op. cit, p. 15, 2018. Tradução nossa.

⁵⁶ PLAUT, Martin. After decades of UN and self-imposed isolation, Eritrea is coming in from the cold. *Quartz Africa*. 14, nov, 2018. Disponível em: <https://qz.com/africa/1463506/un-security-council-lifts-eritrea-sanctions-arms-embargo/>. Acesso em: 29 maio 2020.

⁵⁷ WOLDEMARIAM, 2018, op. cit, p. 14, tradução nossa.

⁵⁸ ERITREA, ETHIOPIA. *Joint Declaration of Peace and Friendship between Eritrea and Ethiopia*. Asmara: 09 jul. 2018. Disponível em: <https://www.peaceagreements.org/viewmasterdocument/2097>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁵⁹ ONU. *Security Council Press Statement on Signing of Joint Declaration of Peace and Friendship between Eritrea and Ethiopia on 9 July 2018*. Meetings Coverage and Press Releases, 10 jul. 2018, tradução nossa. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2018/sc13416.doc.htm>. Acesso em: 30 mai. 2020.

⁶⁰ LYONS, Scott. Join Declaration of Peace and friendship between Eritrea and Ethiopia. *International Legal Materials*, v. 58, n. 1, p. 237-239, fev. 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-legal-materials/article/joint-declaration-of-peace-and-friendship-between-eritrea-and-ethiopia/76C651A25602F6DF3E2D62B01BC5984E/core-reader>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁶¹ WOLDEMARIAM, 2015, op. cit, p. 186, tradução nossa.

⁶² PONTES, Beatriz. A guerra entre etiópia e Eritreia. *Revista de Geopolítica*, v. 11, n. 2, p. 69, abr./jun. de 2020. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/287/245>. Acesso em: 29 mai. 2020.

⁶³ Idem.



Série Conflitos Internacionais é editada pelo Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília – SP

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas nesse material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem as visões do OCI ou da UNESP.

Editor: Prof. Dr. Sérgio L. C. Aguilár

Diagramação: Gláucio Rogério de Moraes

ISSN: 2359-5809

Comentários para: oci@marilia.unesp.br

Disponível em: www.marilia.unesp.br/#oci

SÉRIE CONFLITOS INTERNACIONAIS MAIS RECENTES:

- As disputas marítimas no mar do sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI V. 6, n. 1
- A agressão militar da Federação Russa na Ucrânia V. 6, n. 2
- Conflitos no continente americano: Haiti, Nicarágua, Venezuela V. 6, n.3
- O Conflito Separatista no Camarões: Anglófonos e Francófonos V. 6, n. 4
- Os conflitos na região da Caxemira V. 6, n. 5
- A agenda da ONU para as crianças-soldado V. 6, n. 6
- O Conflito Sírio: A Retirada das Tropas Estadunidenses e a Investida Turca Contra os Curdos V. 7, n. 1
- Conflito Entre os Estados Unidos e o Irã V. 7, n. 2